

Trabalho de Conclusão de Curso (2025)

O NÍVEL DE CONFORMIDADE DOS DEZ MAIORES CONSTITUINTES DO ÍNDICE S&P/B3 BRASIL ESG, AS IFRS S1 E S2

Andréia Coelho Bezerra da Mota¹, Gianinni Martins Pereira Cirne²

Resumo: Este artigo analisou o nível de conformidade dos dez maiores constituintes do índice S&P/B3 Brasil ESG, as IFRS S1 e S2. A metodologia aplicada é descritiva, sendo realizada a coleta documental com abordagem quantitativa, permitindo analisar o nível de conformidade das informações divulgadas no ano de 2023. O objeto de pesquisa consiste nos relatórios integrados e/ou de sustentabilidade divulgados nos sites institucionais das corporações, sendo a amostra composta por dez empresas. A IFRS S1 se divide nos pilares de governança, estratégia, gestão de risco, metas e métricas, e exige a divulgação dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. Já a IFRS S2 se refere aos critérios de divulgação dos aspectos climáticos e sua transição. A análise de cada pilar foi feita de forma individual e dividida em seus respectivos critérios, para verificar o desempenho de cada corporação de forma isolada. Assim, os resultados constataram aderência às normas da maioria dos constituintes do índice, uma vez que são de interesse das grandes instituições, por promover uma relação de confiança e transparência entre a empresa e seus usuários, bem como a melhora de sua imagem reputacional. Ademais, esse estudo também evidencia a importância da aderência de forma antecipada para a instituição, permitindo um melhor gerenciamento de custos, criação de uma boa infraestrutura e melhores adequações.

Palavras-chave: IFRS S1 e S2. Índice S&P/B3 Brasil ESG. Conformidade. Sustentabilidade. Transição climática

1 INTRODUÇÃO

Na expectativa de construir uma imagem sustentável e responsável para agregar valor de mercado aos seus investidores, usuários e demais stakeholders, a maioria das organizações aderiu de forma voluntária às práticas ESG (*Environmental, Social and Governance*), tradução para o português ASG (Ambiental, Social e Governança). Neste contexto, por meio da divulgação dos relatórios de sustentabilidade, relatórios integrados com o resultado e os de impacto anual, as instituições enxergaram a oportunidade de reunir ações, dados, projetos em desenvolvimento e projeções futuras de ações e planos estratégicos de médio e longo prazo, os quais otimizam sua integração e adaptação ao ESG, podendo funcionar como uma prestação de contas econômico-social e ambiental.

A fim de qualificar e avaliar, o nível de compromisso e responsabilidades das práticas ESG das corporações aderentes, as agências avaliadoras adotaram os *Ratings*, que se trata do principal indicador e ferramentas, que são determinantes para a tomada de decisões, no curso do processo de alocação de recursos (MARTINS NETO, 2023, p.18).

¹ Bacharelando em Ciências Contábeis.

² Doutor (a) em Ciências Contábeis

Nesse sentido, é possível analisar os riscos, oportunidades e ameaças de um negócio e sua interação com o meio empresarial. Sob a ausência de padronização, cada instituição avaliadora possui uma metodologia diferente, assim os critérios avaliativos de calcular o *Rating* também se distinguem, bem como a classificação das entidades. Dessa forma, esses critérios são comparados com outras empresas do mesmo setor, considerando as características do setor e as tendências de mercado. As agências geralmente emitem classificações diferentes para curto e longo prazo (MAGALHÃES, 2023).

No Brasil foi criado o Índice S&P/B3 Brasil ESG, conforme relatório da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (2025) é um índice amplo que procura medir a performance de títulos que cumprem critérios de sustentabilidade e é ponderado pelas pontuações ESG da S&P DJI. Devido o carácter direcionado do índice ao ESG, esta pesquisa utilizará as empresas que compõem o índice para analisar o nível de conformidade ao que fora estipulado pelas IFRS S1 e S2.

Advinda da necessidade de práticas corporativas sustentáveis, a padronização das informações que envolvem sustentabilidade geral, governança, riscos e oportunidade fatores climáticos e práticas ESG, a *Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS) indicou em 2021, a criação do *Internacional Sustainability Standards Board* (ISSB), que possui como objetivo a criação de um modelo padronizado que abranja os segmentos de forma homogênea, de tal maneira que possibilite e facilite a unificação nacional do modelo proposto. Com a finalidade, de atingir de forma efetiva o propósito, em 2023 foi publicado as normas das IFRS's S1 e S2, são aplicadas em conjunto.

O objetivo do IFRS S1 é exigir que uma entidade divulgue informações sobre seus riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que sejam úteis aos usuários de relatórios financeiros de propósito geral na tomada de decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade (IFRS S1, 2023), dessa forma devem ser publicados os controles, processos e práticas utilizadas para combater futuros potenciais de risco e danos, bem como as oportunidades. Por conseguinte, o objetivo do IFRS S2 é exigir que uma entidade divulgue informações sobre seus riscos e oportunidades relacionados ao clima que sejam úteis aos usuários de relatórios financeiros de uso geral na tomada de decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade (IFRS S2, 2023). Assim, os relatórios e documentos divulgados devem se adequar às exigências da norma. Diante do contexto apresentado surge a seguinte problemática: **Qual o nível de conformidade dos dez maiores constituintes do índice S&P/B3 Brasil ESG às IFRS S1 e S2?**

O objetivo geral desse trabalho é verificar as marcas de adequação as normas nos relatórios divulgados pelas entidades, antes de sua obrigatoriedade entrar em vigor. O foco estará nas dez maiores empresas, uma vez que, possuem elevado grau de influência sobre os seus usuários, que é decorrente do seu porte e do impacto de suas atividades. A relevância no mercado instiga e força a regularização normativa, que quando antecipada, permite maior planejamento interno de custos financeiros e operacional decorrentes da aderência. Para tanto, de acordo com Moraes e Prado (2024), o índice S&P/B3 Brasil ESG é uma iniciativa que combina os esforços da B3 e da S&P Dow Jones, visando oferecer um indicador abrangente que inclua as empresas listadas na B3 e no S&P *Brazil BMI (Broad Market Index)*, auxiliando na responsabilidade corporativa.

Além de ser um tópico contemporâneo, tendo em vista que as IFRS's S1 e S2 surgiram em 2023, e que o Brasil foi o primeiro país a criar normas de padronização que englobem aspectos ESG, esta pesquisa embasa sua relevância no fato de analisar se as informações reportadas pelas empresas que serão analisadas, realmente atingem o que é proposto pela normatização, de forma a contribuir empiricamente com os usuários da informação, e deixando como sugestão posteriormente a realização de pesquisas que possam avaliar os efeitos dessa conformidade ou não.

Esta pesquisa utilizará como procedimentos metodológicos a análise documental dos relatórios de sustentabilidade e integrado das empresas que compõe a amostra, com abordagem quantitativa, pelo emprego de técnicas estatísticas que auxiliarão na análise e interpretação dos dados. A base empírica deste estudo vem de Travassos et al (2013), Demonier et al (2015), DOMENICO et al (2015), que trataram de estudar e se aprofundar

no nível de aderência e conformidade ao GRI, onde conclui que a maioria das organizações já aderiu a esse modelo. Complementar aos estudos anteriores, esse estudo visa verificar o nível de conformidade dos relatórios de sustentabilidade e adjacentes publicados pelas dez mais constituintes do índice S&P/B3 Brasil ESG, em relação às normas IFRS's S1 e S2.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A história do homem é curta em relação à história da vida na terra, ou seja, cerca de um milhão de anos. À medida que o homem evoluiu, passou a transformar o meio para suprir suas necessidades, Silva e Crispim (2011). Contudo, o aumento populacional tornou desafiador o atendimento da demanda, induzindo o consumo e uso de recursos naturais de forma irresponsável e desenfreada. Em decorrência das más práticas ambientais e com a ausência de ações mitigadora efetivas, no contexto atual, se enfrenta as alterações climáticas e o esgotamento e escassez de recursos naturais.

No tocante a problemática ambiental, os canais midiáticos são, o meio facilitado de acesso à informação e de rápida circulação, corroborando para o aumento da conscientização, o que incentivou as empresas a criarem sites e perfis, transparecendo suas ações e políticas, para manter sua relevância no cenário competitivo dos negócios (Moraes e Prado 2024). Dessa forma, criando demanda por práticas empresariais sustentáveis levou ao surgimento de novas diretrizes e normas para regular as divulgações financeiras e não financeiras das entidades em relação os temas ambientais, sociais e de governança (ESG).

O ESG é um conjunto bastante amplo de questões, desde a pegada de carbono até as práticas trabalhistas e de corrupção, que justificam a criação de critérios e práticas que direcionam o papel e a responsabilidade dos negócios em direção aos fatores ambientais, sociais e de governança corporativa, (Irigaray; Stocker, 2022). Estas normas estão sendo adotadas como procedimentos empresariais, e sendo consideradas como pontos de referência importantes para investidores e outras partes interessadas.

Com a evolução das leis e regulamentações, e a emissão de normas de divulgação, cresce a pressão sobre as empresas para que apresentem dados capazes de refletir com maior precisão os compromissos e as metas assumidas publicamente ao mercado, considerando o planejamento financeiro e estratégico dos negócios (Oliari e Soares, 2022). Assim, para fins de facilitar a comparabilidade de dados e criar um modelo padronizado de divulgação, as IFRS (Normas Internacionais de Contabilidade) em 2021 anunciou a criação de um conselho direcionado a atender aos pedidos do Conselho de estabilidade financeira do G20 e G7, denominado de *International Sustainability Standards Board* (ISSB), foi criado com o objetivo de desenvolver e emitir uma base global abrangente de normas de relatórios de sustentabilidade, para que esses relatórios sejam preparados de forma consistente, comparáveis e de alta qualidade para atender a necessidade dos investidores (PWC, 2023). Nesse sentido, foram criadas as normas IFRS S1 e S2.

Ademais, no contexto atual em que os investidores e consumidores se encontram sensíveis a analisar os aspectos e ações sustentáveis das corporações, a sustentabilidade se tornou um forte aliado da estratégia empresarial, promovendo vantagem competitiva, principalmente, na criação e consolidação de uma boa imagem e reputação. Consciente dos benefícios envolvidos, as empresas de forma voluntária passaram a divulgar relatórios de sustentabilidade, visando tornar pública as suas ações e políticas sustentáveis. No entanto, a ausência de uma estrutura padronizada e obrigatória dificulta a comparabilidade dos dados, a verificação das informações e até a omissão delas. Diante disso, foi criada pelo ISSB a norma IFRS S1 que prescreve como uma entidade prepara e relata suas divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade. Ele define requisitos gerais para o conteúdo e a apresentação dessas divulgações para que as informações divulgadas sejam úteis aos usuários na tomada de decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade. Sendo obrigada a fornecer informações sobre os processos, controles e procedimentos de governança, a estratégia da entidade para gerenciar os riscos e

oportunidades, bem como a gestão de risco e o progresso em direção a quaisquer metas que a entidade tenha definido, ou seja, obrigada a cumprir por lei (IFRS S1, 2023).

Outro ponto, que se tem bastante relevância para os investidores e usuários, são as informações sobre os aspectos climáticos e a adoção de políticas pela empresa. No cenário, de aumento da temperatura global, onde se existe o impacto das atividades da entidade no clima e em alguns segmentos, os impactos do clima na operação da empresa. Nesse sentido, para efetividade e padronização das informações divulgadas sobre o clima, a ISSB criou a IFRS S2 que exige que uma entidade divulgue informações sobre os riscos e oportunidades relacionados ao clima que poderiam afetar razoavelmente os fluxos de caixa da entidade, seu acesso a financiamento ou custo de capital no curto, médio ou longo prazo. Os critérios e exigência da IFRS S2 são os processos, controles e procedimentos de Governança, a estratégia da entidade para gerenciar riscos, gestão de risco e o progresso de metas relacionadas ao clima (IFRS S2, 2023).

Essas normas, não apenas promove a responsabilidade corporativa, mas também incentiva gestores a considerarem fatores ambientais, sociais e de governança em suas decisões de investimento (Moraes; Prado, 2024). Assim, ajudam a fornecer informações essenciais para a tomada de decisão dos investidores, uma vez que identifica e relata possíveis riscos e oportunidades relacionadas ao ESG.

Em setembro de 2020 foi lançado o Índice S&P/B3 Brasil ESG um indicador desenvolvido em conjunto pela B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e pela S&P Dow Jones Índices, com o objetivo de mensurar o desempenho de empresas brasileiras que adotam práticas sustentáveis no âmbito ESG.

O índice é composto por uma seleção de empresas com os melhores desempenhos em relação aos critérios ESG e são excluídas aquelas que não aderem aos princípios do pacto Global das Nações Unidas e que atuam em setores considerados controversos como arma, tabaco e carvão químico (S&P Global, 2025).

A S&P Global, nos aspectos dos pilares que compõem o ESG, as empresas que fazem parte do índice devem passar por uma avaliação que considera no pilar Ambiental avaliando como a empresa impacta o meio ambiente, sua política de redução de emissão de carbono, uso sustentável de recursos naturais, entre outros aspectos relacionados à preservação do meio ambiente. No pilar Social a forma como a empresa se relaciona com seus colaboradores, a comunidade em que atua, e sua postura em questões como diversidade, inclusão e direitos humanos. E Por fim a Governança leva em consideração às práticas de governança da empresa, como a transparência nas decisões, a responsabilidade de seus gestores, a forma de combate à corrupção e a estrutura de auditorias e controles internos.

Diante destes fatores, incumbe-se a relação de conformidade das empresas que compõem o Índice S&P/B3 Brasil ESG com as normas padronizadas pela IFRS voltadas às práticas ESG. Assim, o presente estudo se justifica, em razão de ser uma temática de grande relevância em decorrência do cenário global de problemáticas ambientais e climática. Ademais, as empresas ESG possuem forte ancoragem nas causas sociais e na sustentabilidade ambiental, por isso, uma de suas bases passa pela compreensão do Marketing de Causa, que pode ser compreendido como o tipo de marketing cuja ação envolve e associa as condutas da empresa a uma ou mais causas sociais e/ou ambientais, e isso com o propósito de gerar benefícios de longo prazo para a sociedade, meio ambiente e para a própria empresa (Zamboni; Freitas e Carvalho, 2023).

2.1. A Teoria da Legitimidade e a Adaptação às Normas ESG

A teoria da legitimidade, conforme Dias Filho (2007, p. 6), “baseia-se na ideia de que existe uma espécie de contrato social entre as organizações e a sociedade em que atuam, representando um conjunto de expectativas implícitas ou explícitas de seus membros a respeito da forma como elas devem operar”. Nesse sentido, a legitimidade é

alcançada quando as organizações agem e se comunicam de acordo com as expectativas dos stakeholders, como governos, investidores, clientes e sociedade.

A legitimidade teórica é especialmente importante no cenário de ESG e das normas IFRS S1 e S2, pois ajuda a entender as razões por trás das ações em conformidade. Corporações em segmentos que consomem muitos recursos naturais e emitem grande quantidade de carbono, como o setor de biocombustíveis, estão sob crescente exigência de demonstrar a sustentabilidade e ética de suas operações. Seguir as diretrizes do IFRS indica aos *stakeholders* o compromisso das empresas com a sustentabilidade, o que gera uma "licença social para operar" e diminui possíveis questões de legitimidade.

Ademais, quando a prática da empresa não condiz com o divulgado, ou seja, que difere das expectativas da sociedade e dos investidores, pode ocorrer uma queda na legitimidade, afetando a reputação e o valor de mercado. Para recuperar ou manter a credibilidade, as empresas procuram implementar atividades que estejam em conformidade com os princípios ESG e fazer divulgações transparentes de acordo com as diretrizes IFRS, visto que esses achados contribuem para uma compreensão mais clara da interação entre práticas ESG e desempenho financeiro corporativo (Morais; Prado, 2024).

2.2. Estudos Empíricos sobre Conformidade e Impactos nas Percepções de Legitimidade

Estudos mais recentes apontam que seguir as normas de divulgação de sustentabilidade traz vantagens financeiras e de reputação para as empresas. A PwC (2023) indica que organizações que implementam as normas IFRS S1 e S2 podem obter mais facilmente financiamento e lidar com problemas de reputação. O cumprimento dessas regras é considerado uma vantagem competitiva, já que investidores e consumidores estão cada vez mais preocupados com o impacto ambiental das empresas e a legitimidade de suas atividades. Ao implementarem estratégias de comunicação ESG, as empresas conseguem evidenciar sua responsabilidade empresarial e atender às demandas da sociedade.

Seguir as diretrizes das IFRS S1 e S2 não só garante a uniformidade e comparabilidade dos dados de sustentabilidade, como também ajuda na captação de recursos e beneficia a reputação e reduz custos de capital, além de atrair investidores ESG (Salgado; Souza; Sousa, 2025). No entanto, as entidades precisam fazer mais do que apenas cumprir as normas para atingir completamente esses objetivos, sendo necessário transformar suas operações e alinhar seus modelos de negócio com os princípios de ESG.

Finalmente, a teoria da legitimidade enfatiza que seguir as normas e práticas ESG vai além de apenas atender às exigências regulatórias, se utilizam, essencialmente, da estratégia ganhar legitimidade de forma pragmática, ou seja, entendem as necessidades fundamentais demandadas pela sociedade e adotam ações para atendê-las (Sehn; Zanchet; Gomes, 2018). Ao seguir procedimentos transparentes e em conformidade com os valores sociais e ambientais, as empresas asseguram sua autorização para funcionar, ao mesmo tempo em que promovem um modelo de negócio mais ético e sustentável.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho tem o objetivo geral de estudar o nível de conformidade dos dez maiores constituintes do índice S&P/B3 Brasil ESG às IFRS S1 e S2, sendo utilizado como objeto de pesquisa os relatórios divulgados de sustentabilidade ou integrado no ano de 2023.

A escolha do período se justifica pelo período de início da vigência das Normas IFRS S1 e S2, que passou a vigorar em agosto de 2022, e assim as empresas passaram a produzir e divulgar relatórios baseados na norma em 2023. A escolha das empresas se deu pelo índice S&P B3 Brasil ESG ser direcionado para as empresas que atendem às melhores práticas ESG e tem uma maior pontuação.

O índice S&P B3 Brasil ESG, é uma integração com a B3 e o S&P Dow Jones, maior provedor de índices do mundo. O indexador utiliza critérios baseados em práticas ESG (ambientais, sociais e de governança) para selecionar empresas brasileiras para sua carteira. O objetivo dessa criação é permitir livre e maior acesso de investidores ao mercado de ações brasileiro, como também de promover as empresas com as melhores avaliações (B3, 2020). O índice utiliza como base empresas da B3 que fazem parte do S&P Brazil BMI e do pacto Global (B3, 2022).

A pesquisa pode ser classificada como de caráter exploratório, uma vez que se pretende analisar o contexto empresarial da adesão e adequação as normas IFRS S1 e S2, por empresas com boa reputação nos índices ESG. Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2003, p. 272), “o propósito destes desenhos de pesquisa é começar a conhecer uma comunidade, um contexto, um evento, uma situação, uma variável ou um conjunto de variáveis, tratando-se de uma exploração inicial em um momento específico”. É válido ressaltar, que a temática escolhida é de pouca discussão, o que justifica a dificuldade, de se ter referências e fazer análises comparativas.

A abordagem utilizada é de caráter híbrido, dado que se propõe a um estudo quantitativo - Explorar os requisitos dos índices ESG e *Ratings* adotados pelas agências avaliadoras, e qualitativo - analisar as características dos modelos de relatório de sustentabilidade publicados pelas instituições. As fontes de informações se originam de dados, como artigos e livros, acessados via internet, bem como dos documentos disponibilizados nos sites institucionais.

A questão ambiental e climática se tornou um tema relevante e rotineiramente monitorado e noticiado em diversos meios midiáticos, em dezembro de 2024 o site Exame publicou a notícia do “índice Dow Jones de Sustentabilidade destaca 11 empresas brasileiras”, sendo divulgado a lista com o nome das instituições. Para este estudo, foram selecionadas as 10 empresas mais relevantes, em razão de sua atividade, impacto e políticas implementadas. Essas instituições quando destacadas em fechamentos, tem seus dados listados no site da S&P Dow Jones, em que é disponibilizado pela plataforma; filtrar o nome da empresa, segmento, setor de atuação e ano de listagem. A amostra é composta pelas 10 principais empresas destaque no índice S&P Dow Jones, no quesito políticas implementadas e robustez operacional, sendo formada de grande maioria por instituições financeiras, que são as principais financiadoras de projetos sustentáveis e de transição climática.

Quadro 1 – 10 Principais empresas destaque por sua atividade no índice S&P Brasil ESG

Empresa	TCIKER	SETOR
Banco do Brasil	BBAS3	Financeira
Telefônica do Brasil S.A	VIVT3	Serviços de comunicação
Petrobras S.A	PETR4	Industriais
Kablin AS Units	KLBN11	Materiais
Itausa investimentos Itau S.A Pref	ITSA4	Financeira
Itau Unibanco Holding AS Pref	ITUB4	Financeira
Cosan S.A	CSAN3	Energia
Lojas Renner AS	LREN3	Consumo Discricionário
Bradesco	BBDC4	Financeira
Rumo Logística S.A	RAIL3	Industriais

Fonte: Autoria Própria, 2025

A pontuação terá os seguintes requisitos: terá valor zerado a informação que não se enquadrar ou que não mencionada, conformidade parcial 0,5 e 1,0 para conformidade total. Conforme o Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Pontuação de nível de conformidade às Normas IFRS S1 e S2

Não conformidade	0,0
Conformidade Parcial	0,5
Conformidade Total	1,0

Fonte: Autoria Própria, 2025.

A IFRS S1, normatiza os requisitos gerais para divulgação de informações financeiras e não financeiras relacionadas à sustentabilidade, sendo pautadas em quatro pilares: governança, estratégia, gestão de risco e métricas e metas. A pontuação máxima de cada item se difere pela quantidade de tópicos. Assim, a maior pontuação a ser alcançada no pilar Governança é 3,0 pontos, Estratégia 4,0 pontos, Gestão de Risco 6,0 pontos e Métricas e Metas 2,0 pontos. O Quadro 3 descreve o pilar, os critérios e sua pontuação máxima em cada.

Quadro 3 – IFRS S1 os pilares e critérios

IFRS S1				
Pilar	Descrição do tópico	Abreviatura	Total Máximo	Pontuação Máxima por pilar
Governança	Órgão de Governança	OG	1,0	3,0
	Órgão de Governança e seu papel na supervisão	OGS	1,0	
	Órgão de Governança e seu papel no desenvolvimento de controles	OGDS	1,0	
Estratégia	Efeito dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade em horizontes de tempo	ERP	1,0	4,0
	Informações qualitativas e quantitativas sobre os efeitos financeiros no modelo de negócio e na cadeia de valor relacionados à sustentabilidade	EQQ	1,0	
	Os efeitos dos riscos e oportunidades na estratégia e tomada de decisão da entidade	ETD	1,0	
	Efeitos dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade na posição financeira	EF	1,0	
Gestão de risco	Os dados e parâmetros utilizados, bem como as informações, fontes e escopo das operações abrangidas	GRDP	1,0	6,0
	Análise de cenário na identificação dos riscos	GRAC	1,0	
	Magnitude e probabilidade dos riscos relacionado à sustentabilidade	GRMR	1,0	
	Se e como os riscos relacionados à sustentabilidade são priorizados em relação aos demais	GRSC	1,0	
	Monitoramento de riscos relacionados à sustentabilidade	GRMR	1,0	
	Evolução do processo em comparação ao exercício anterior	GRC	1,0	
Métricas e Metas	Métricas baseadas	MMS	1,0	2,0
	Progresso de quaisquer metas	MMP	1,0	

Fonte: Autoria Própria, 2025.

A IFRS S2, diz respeito aos critérios de divulgação relacionadas aos aspectos climáticos. Os que possuem tópicos semelhantes à IFRS S1 serão replicados no Quadro 4, e os pilares serão analisados individualmente. A pontuação máxima do tópico Governança

é 3,0 pontos, Estratégia 3,0 pontos, Gestão de risco 6,0 pontos e Métricas e Metas 7,0 pontos.

Quadro 4 - IFRS S2 os pilares e critérios

IFRS S2				
Pilar	Descrição do tópico	Abreviatura	Total Máximo	Pontuação Máxima por pilar
Governança	Órgão de Governança	OG	1,0	3,0
	Órgão de Governança e seu papel na supervisão	OGS	1,0	
	Órgão de Governança e seu papel no desenvolvimento de controles	OGDS	1,0	
Estratégia	Informações qualitativas e quantitativas sobre os efeitos financeiros atuais e previstos de riscos e oportunidades relacionados ao clima	EQQC	1,0	3,0
	Informações sobre como a entidade planeja alcançar quaisquer metas relacionadas ao clima	EAM	1,0	
	Principais premissas ao desenvolver um plano de transição relacionado ao clima	EPT	1,0	
Gestão de risco	Os dados e parâmetros utilizados, bem como as informações, fontes e escopo das operações abrangidas	GRDP	1,0	6,0
	Análise de cenário na identificação dos riscos	GRAC	1,0	
	Magnitude e probabilidade dos riscos relacionados ao clima	GRMR	1,0	
	Se e como os riscos relacionados ao clima são priorizados em relação aos demais	GRSC	1,0	
	Monitoramento de riscos relacionados ao clima	GRMR	1,0	
	Evolução do processo em comparação ao exercício anterior	GRC	1,0	
Métricas e Metas	Emissões de gases de efeito estufa (GEE)	MMEF	1,0	7,0
	Riscos de transição relacionados ao clima	MMRT	1,0	
	Riscos físicos relacionados com o clima	MMRF	1,0	
	Oportunidades relacionadas ao clima	MMRO	1,0	
	Alocação de capital	MMAC	1,0	
	Preços interno de carbono	MMPC	1,0	
	Remuneração	MMR	1,0	

Fonte: Autoria Própria, 2025.

Assim, a IFRS S1 e S2 se trata de informações úteis para a tomada de decisão dos principais usuários dos relatórios institucionais, além de permitir a padronização dos conteúdos publicados, comparabilidade e transparência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta parte apresenta o resultado e análise do nível de conformidade das normas de divulgação S1 e S2 propostas pelo *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS) nos relatórios divulgados pelas dez maiores corporações constituintes do índice

S&P/B3 Brasil ESG, em seus sites institucionais, como relatórios integrados e de sustentabilidade. Para facilitar a análise e descrição dos resultados, os pilares serão analisados de forma individual.

Quadro 1 – Pilar Governança IFRS S1

Governança (IFRS S1) - 2023				
Empresa	OG	OGS	OGDS	TOTAL
Banco do Brasil	1,0	1,0	1,0	3,0
Telefônica do Brasil S.A	1,0	1,0	1,0	3,0
Petrobras S.A	1,0	1,0	1,0	3,0
Kablin AS Units	1,0	1,0	1,0	3,0
Itausa investimentos Itau S.A Pref	1,0	1,0	1,0	3,0
Itau Unibanco Holding AS Pref	1,0	1,0	1,0	3,0
Cosan S.A	1,0	1,0	1,0	3,0
Lojas Renner AS	1,0	1,0	1,0	3,0
Bradesco	1,0	1,0	1,0	3,0
Rumo Logística S.A	1,0	1,0	1,0	3,0

Fonte: Autoria Própria, 2025.

Quadro 2 – Pilar Governança IFRS S2

Governança (IFRS S2) - 2023				
Empresa	OG	OGS	OGDS	TOTAL
Banco do Brasil	1,0	1,0	1,0	3,0
Telefônica do Brasil S.A	1,0	1,0	1,0	3,0
Petrobras S.A	1,0	1,0	1,0	3,0
Kablin AS Units	1,0	1,0	1,0	3,0
Itausa investimentos Itau S.A Pref	1,0	1,0	1,0	3,0
Itau Unibanco Holding AS Pref	1,0	1,0	1,0	3,0
Cosan S.A	1,0	1,0	1,0	3,0
Lojas Renner AS	1,0	1,0	1,0	3,0
Bradesco	1,0	1,0	1,0	3,0
Rumo Logística S.A	1,0	1,0	1,0	3,0

Fonte: Autoria Própria, 2025.

O primeiro pilar a ser abordado é o de Governança, que consiste em um conjunto de ferramentas com o objetivo de orientar a relação entre sócios, administradores e os demais órgãos, entidades e pessoas que façam parte da estrutura de uma sociedade ou que estejam em seu entorno (MARTINS NETO, 2023, p.18). Assim, o resultado apresentado na tabela, em que todas obtiveram pontuação máxima, reflete na oportunidade que as empresas encontram nas boas práticas de Governança corporativa, para formar um elo de confiança com seus usuários.

Quadro 3 – Estratégia IFRS S1

Estratégia (IFRS S1) - 2023					
Empresa	ERP	EQQ	ETD	EF	TOTAL
Banco do Brasil	1,0	1,0	1,0	1,0	4,0
Telefônica do Brasil S.A	1,0	0,5	1,0	0,5	3,0
Petrobras S.A	1,0	1,0	1,0	1,0	4,0
Kablin AS Units	0,5	0,5	1,0	0,5	2,5
Itausa investimentos Itau S.A Pref	0,5	1,0	1,0	0,5	3,0
Itau Unibanco Holding AS Pref	1,0	1,0	1,0	1,0	4,0

Cosan S.A	0,5	0,0	0,0	0,5	1,0
Lojas Renner AS	1,0	1,0	1,0	1,0	4,0
Bradesco	1,0	0,5	1,0	0,5	3,0
Rumo Logística S.A	0,5	0,5	0,5	1,0	2,5

Fonte: Autoria Própria, 2025.

Quadro 4 – Estratégia IFRS S2

Estratégia (IFRS S2) - 2023				
Empresa	EQQC	EAM	EPT	TOTAL
Banco do Brasil	1,0	1,0	1,0	3,0
Telefônica do Brasil S.A	1,0	0,5	1,0	2,5
Petrobras S.A	1,0	1,0	1,0	3,0
Kablin AS Units	1,0	1,0	1,0	3,0
Itaúsa investimentos Itaú S.A Pref	1,0	1,0	0,5	2,5
Itaú Unibanco Holding AS Pref	1,0	1,0	1,0	3,0
Cosan S.A	1,0	1,0	1,0	3,0
Lojas Renner AS	1,0	1,0	1,0	3,0
Bradesco	1,0	1,0	1,0	3,0
Rumo Logística S.A	1,0	1,0	1,0	3,0

Fonte: Autoria Própria, 2025.

Entende – se que a estratégia, é um conjunto de políticas e ações que norteiam e parametrizam os passos dados pela empresa em horizontes de tempo (curto, médio, longo prazo). A proposta da IFRS S1 e S2 é a integração da sustentabilidade e da transição climática na estratégia empresarial, para mitigar riscos e aproveitar as oportunidades.

O Quadro 03 abrange a pontuação dos critérios da IFRS S1 e a Quadro 04 da norma S2. Com os resultados, o Banco do Brasil atingiu pontuação máxima, isso se deve a robustez do seu negócio, investimento em programas e plataformas de monitoramento de risco, e sua responsabilidade constante com a criação de um futuro sustentável, além de ser um dos maiores financiadores de projetos socioambientais e fornecer empréstimos, seguros e crédito a instituições parceiras e com bons indicadores ESG. Alimentando de forma positiva sua reputação no mercado, e atraindo a atenção dos stakeholders.

A Renner também apresentou uma elevada pontuação, válido ressaltar a menção da aderência às normas IFRS S1 e S2 em seus relatórios, demonstrando compromisso com boas práticas. Encontramos em seus relatórios a explanação da adoção de programas de moda circular, gestão hídrica, zerar o descarte de resíduos, bem como redução de emissões. A Petrobras também obteve a pontuação de conformidade total, embora exerça uma atividade de elevado risco ambiental e altamente regulado e sensível, a Petrobras cumpre os preceitos da norma.

As empresas Bradesco, Itaúsa, Telefônica Brasil, Kablin e Rumo apresentaram pontuação intermediária na IFRS S1, por evidenciar de forma incipiente informações e estratégias mencionadas em seus relatórios de sustentabilidade e integrado. Já a Cosan, tem um relatório com linguagem mais simples e direta, omitindo informações cruciais sobre sustentabilidade, demonstrando baixa adesão à norma e pouca estruturação aos aspectos sustentáveis em sua estratégia, refletindo na pontuação baixa.

O resultado elevado de conformidade da pontuação na IFRS S2 de estratégias vai de encontro ao resultado de Teixeira, Feil e Feijó (2021), que afirmam que problemas climáticos, instigam as empresas a serem transparentes sobre o investimento em infraestrutura sustentável refere-se ao planejamento, elaboração de projeto, construção e operação de sistemas de infraestrutura que buscam atender às necessidades da crise climática.

Quadro 5 – Gestão de Risco IFRS S1

Gestão de Risco (IFRS S1) - 2023							
Empresa	GRDP	GRAC	GRMR	GRSC	GRMR	GRC	TOTAL
Banco do Brasil	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	6,0
Telefônica do Brasil S.A	1,0	1,0	0,5	0,5	1,0	1,0	5,0
Petrobras S.A	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	6,0
Kablin AS Units	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	0,5	5,0
Itaúsa investimentos Itaú S.A Pref	1,0	0,0	0,5	0,5	1,0	0,5	3,5
Itaú Unibanco Holding AS Pref	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	6,0
Cosan S.A	1,0	1,0	0,5	0,5	0,5	1,0	4,5
Lojas Renner AS	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	6,0
Bradesco	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	6,0
Rumo Logística S.A	1,0	1,0	0,5	0,5	1,0	1,0	5,0

Fonte: Autoria Própria, 2025.

Quadro 6 – Gestão de Risco IFRS S2

Gestão de Risco (IFRS S2) - 2023							
Empresa	GRDP	GRAC	GRMR	GRSC	GRMR	GRC	TOTAL
Banco do Brasil	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	6,0
Telefônica do Brasil S.A	1,0	1,0	0,5	0,5	1,0	1,0	5,0
Petrobras S.A	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	6,0
Kablin AS Units	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	0,5	5,0
Itaúsa investimentos Itaú S.A Pref	1,0	0,0	0,5	0,5	1,0	0,5	3,5
Itaú Unibanco Holding AS Pref	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	6,0
Cosan S.A	1,0	1,0	0,5	0,5	0,5	1,0	4,5
Lojas Renner AS	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	6,0
Bradesco	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	6,0
Rumo Logística S.A	1,0	1,0	0,5	0,5	1,0	1,0	5,0

Fonte: Autoria Própria, 2025.

Os critérios e requisitos quanto à gestão de risco da IFRS S1 e S2 estão alinhados, sendo analisados de forma conjunta. As empresas listadas se situam no Brasil, ou seja, numa economia cada vez mais instável e agitada, portanto criam razões cada vez mais fortes e tornam fundamental investir num sistema de gestão de risco (SILVA, 2011). Logo, uma boa gestão de risco assegura a segurança e a continuidade do negócio, o que torna um tema de grande relevância para os investidores. Por esse motivo, a maioria das empresas obteve pontuação superior à média.

Analisando algumas instituições que obtiveram nota máxima como Bradesco, Banco do Brasil e Itaú, nota-se que de maioria, são instituições financeiras. Para um modelo de gestão eficaz e eficiente, utilizam da metodologia de mapa de risco, que proporciona uma visão panorâmica dos riscos, onde são divididos por categorias, dentre elas pela área, número de ocorrência, magnitude e impactos, sendo revisado todo ano e destacada a evolução e pontos de melhoria. A análise de cenários é uma forte aliada, sendo simulado e levado em consideração os cenários mais críticos possíveis, a fim de criar e melhorar controles internos, o monitoramento e supervisão desses riscos. Os bancos passaram, a adotar critério para fornecedores, sendo considerado o desempenho em indicadores ESG, visando à criação de uma rede sustentável e de minimizar risco.

A Petrobras manteve também uma pontuação elevada nesse pilar, como estatal possui fatores externos sensíveis, como a influência e jogo de interesse político, esse fato corroborou para que já tivesse sido palco de grandes escândalos. Tendo em vista, os inúmeros riscos e cenários em que se pode submeter em razão do alto risco operacional de sua atividade, a Petrobras, tem sistemas de gestão de risco eficientes de monitoramento, o que permite maior preparo e treinamento de sua equipe para cenários

desfavoráveis, como mencionado em seu relatório.

A Renner apresenta uma alta demanda e grande circularidade, tendo riscos relacionados a produtos parados em loja e a degradação de sua qualidade quando exposta por longo período em loja, golpes e ataques cibernéticos, assim como a questões e efeito ambientais relacionadas às principais matéria-prima utilizadas em sua produção, como o algodão. Nesse sentido, uma boa pontuação na gestão de risco, demonstra seu rápido e eficaz trabalho em buscar contornar e mitigar seus riscos.

Carregando a menor nota, a Itaúsa é uma Holding de análise e investimento em outras empresas, em seus relatórios são listados como principais riscos, os ataques cibernéticos e falsas informações divulgadas pelas instituições. Dessa forma, por apresentar baixo potencial de risco na degradação e impacto ambiental e climático, os documentos publicados não apresentam muitas informações sobre a temática, apesar da instituição buscar adotar ações como diminuição do uso do papel em seu escritório.

Quadro 7 – Métricas e Metas IFRS S1

Métricas e metas (IFRS S1) - 2023			
Empresa	MMS	MMP	TOTAL
Banco do Brasil	1,0	1,0	2,0
Telefônica do Brasil S.A	1,0	1,0	2,0
Petrobras S.A	1,0	1,0	2,0
Kablin AS Units	1,0	1,0	2,0
Itausa investimentos Itau S.A Pref	1,0	1,0	2,0
Itau Unibanco Holding AS Pref	1,0	1,0	2,0
Cosan S.A	1,0	1,0	2,0
Lojas Renner AS	1,0	1,0	2,0
Bradesco	1,0	1,0	2,0
Rumo Logística S.A	1,0	1,0	2,0

Fonte: Autoria Própria, 2025.

A IFRS S1 exige que a entidade divulgue informações para permitir que os principais usuários entendam o desempenho da entidade com relação a esses riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade (PWC, 2023). Dessa forma, os critérios são baseados em demonstrar a evolução de quaisquer metas e métricas do segmento. Trata-se de uma análise simplificada e abrangente, o que permitiu que todas as empresas obtivessem nota máxima.

Quadro 8 – Métricas e Metas (IFRS S2)

Métricas e metas (IFRS S2) - 2023								
Empresa	MMEF	MMRT	MMRF	MMRO	MMAC	MMPC	MMR	TOTAL
Banco do Brasil	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	6,5
Telefônica do Brasil S.A	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	7,0
Petrobras S.A	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	7,0
Kablin AS Units	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	7,0
Itausa investimentos Itau S.A Pref	1,0	1,0	0,5	1,0	0,5	0,0	1,0	5,0
Itau Unibanco Holding AS Pref	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	6,5
Cosan S.A	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	7,0
Lojas Renner AS	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	7,0
Bradesco	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	6,5
Rumo Logística S.A	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	7,0

Fonte: Autoria Própria, 2025.

Por outro lado, a IFRS S2 possui critérios mais robustos e exigentes, quantos as metas e métricas, pois, se trata de elementos que evidenciam a capacidade da corporação

de monitorar, cumprir seus objetivos estratégicos e demonstrar transparência em relação ao seu desempenho na transição climática. Por permitir visualizar a evolução dos projetos e políticas, é um ponto de destaque para os stakeholders. Dessa forma, as empresas buscam evidenciar de forma dinâmica, com gráficos, tabelas e pontos de comparação com anos anteriores, assim todas obtiveram notas acima da média.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa e estudo contribui para o entendimento do nível de conformidade das práticas e políticas sugeridas nas normas IFRS S1 e S2 pelas empresas brasileiras listadas no índice S&P Brasil ESG, bem como a importância desse para sua reputação e imagem mercadológica, evidenciando a relevância de uma análise individualizada de cada norma para verificar de forma aprofundada o efeito de sua adoção e os benefícios e progressos.

O resultado da análise do nível de conformidade das dez maiores constituintes do índice S&P Brasil ESG com a IFRS S1 e S2 atendeu as expectativas iniciais. Em virtude, das pautas ambientais e da transição climática estarem em grande evidência, as empresas buscam constantemente revisar e revisar as normas vigentes e as que ainda irão vigorar, permitindo que se adequem de forma antecipada e gerenciem os custos incorridos na adoção dessas práticas. Logo, nas normativas S1 e S2, que dizem respeito aos critérios de divulgação das informações relacionados à sustentabilidade e transição climática, os pilares abordados como governança, estratégia, gestão de risco e métricas e metas, quando evidenciados integralmente tem o potencial de criar um elo de confiança com os principais usuários e conseguir progresso também em outros índices paralelos, como desempenho financeiro.

A Renner e Petrobras se destacam por atingirem nota alta em todos os pilares. Apesar de serem empresas de segmentos diferentes, priorizam o monitoramento e cumprimento de normas regulatórias, onde a Renner evidenciou a aderência a IFRS S1 e S2 em seu relatório. Ambas, se destacam por terem relatórios bem estruturados, com linguagem clara e a utilização de gráficos e tabelas que proporcionam uma visão mais objetiva e detalhada dos dados e informações apresentadas, auxiliando na interpretação das informações e na tomada de decisão dos investidores.

A Itaúsa e Cosan foram as que apresentarem o menor nível de conformidade dentre as dez empresas listadas. A Itaúsa é uma holding, sua principal atividade é analisar e monitorar seus investimentos e parcerias, possuindo pouco impacto ambiental e climático, se utiliza um relatório com linguagem simples e resumida, sendo ausente grande parte dos critérios normativos. Já a Cosan, apresentou pontuação baixa nos pilares de Gestão de risco e estratégia da IFRS S1, devido à ausência de um processo de gestão de risco consolidada, ocasionando falhas nas etapas de mapeamento e mitigação de riscos relacionados à sustentabilidade.

Assim, empresas que fazem parte do índice S&P/B3 BRASIL ESG têm a oportunidade de se posicionar estrategicamente no mercado, adotando práticas sustentáveis e socialmente responsáveis como parte integrante de suas operações de longo prazo. A percepção positiva do mercado em relação a empresas comprometidas com a sustentabilidade pode resultar em vantagens competitivas, facilitando acesso a capital e oportunidades de crescimento sustentável (Moraes e Prado, 2024).

Outrossim, é importante reconhecer que existem questões quanto à adoção das normas IFRS S1 e S2 que podem variar amplamente entre empresas, devido a suas características únicas, como setor de atuação, tamanho, histórico de desempenho e cultura organizacional (Moraes e Prado, 2024). Dessa forma, é essencial que antes de aderir às práticas, as instituições façam análises internas de viabilidade, e se adequem a suas circunstâncias, criando planos estratégicos que minimizem os custos e despesas, necessários para tal aderência.

A sugestão para pesquisas futuras se baseia nas implicações desse estudo, onde a princípio seria analisado os anos de 2023 e 2024, contudo até a presente data, só se

encontra disponível nos sites institucionais os relatórios do ano de 2023, objeto de estudo. Assim, se sugere analisar o nível de conformidade das empresas listadas no índice S&P Brasil ESG no ano de 2024, destacando a evolução das informações divulgadas em relação aos anos anteriores.

REFERÊNCIAS

B3. **Índice Brasil ESG**. Disponível em: <https://www.b3.com.br/>. Acesso em: 09 de Março de 2025.

DEMONIER, J.L. et al. Nível de adesão das empresas atuantes no mercado capixaba ao modelo de relatório de sustentabilidade GRI. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade** 5.3 (2015): 1-18.

DIAS FILHO, J. M.; Políticas de evidenciação contábil: Um estudo do poder preditivo e explicativo da teoria da legitimidade. In: XXXI EnANPAD, 2007, Rio de Janeiro-RJ. **Anais do XXXI EnANPAD**. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2007. CD-ROM.

DI DOMENICO, Daniela. et al. Nível de *disclosure* nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o *global reporting initiative* (GRI). **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Santa Catarina v. 16, n. 49, p. 84-100, 2017.

GARCIA, A. S.;ORSATO, R., & MENDES,S. W. (2017, maio). O desempenho ESG?Environmental, Social and Governance em diferentes ambientes institucionais. **Anais do International Workshop Advances in Cleaner Production**, São Paulo, SP, Brasil, 6.

IFRS. **IFRS - IFRS S1 General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information**. Disponível em:<https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-sustainability-standards-navigator/ifrs-s1-general-requirements>. Acesso em: 28 agosto de 2024

IFRS. **IFRS S2 Climate-related Disclosures**. Disponível em: <https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-sustainability-standards-navigator/ifrs-s2-climate-related-disclosures>. Acesso em: 28 agosto de 2024

IFRS. **Entenda as Normas IFRS S1 e S2**. Disponível em: <https://www.deloitte.com/br/pt/services/audit-assurance/perspectives/normas-sustentabilidade-fatores-climaticos.html>. Acesso em: 29 outubro de 2024

IRIGARAY, H. A. R., & STOCKER, F. (2022). **ESG: novo conceito para velhos problemas. Cadernos**. EBAPE.BR, 20(4), 1-4. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1679-395186096>. Acesso em: 29 de Outubro de 2024

MARTINS, N.F. **ESG, interesse social e responsabilidade dos administradores de companhia**. 2023. 63f. Tese (Doutorado) – Curso de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MAGALHÃES. **O que é Rating: entenda como funciona essa classificação**. 2023. Disponível em: <https://www.remessaonline.com.br/blog/rating/>. Acesso em 09 de Março de 2025

MORAIS; PRADO. **Participação no índice S&P/B3 Brasil ESG: uma análise comparativa do desempenho financeiro entre empresas participantes e não participantes**. Repositório Ufersa, Mossoró, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/> . Acesso em: 03 de março de 2025

OLIARI,R; SOARES,D. **Entenda as normas IFRS S1 e IFRS S2**. Disponível em: <https://www.deloitte.com/br/>. Acesso em: 09 de Março de 2025

OZÓRIO, L; **Índice Dow Jones de Sustentabilidade destaca 11 empresas brasileiras**. 2024. Disponível: <https://exame.com/esg/>. Acesso em: 09 de Março de 2025

Pacto Global. **Índice S&P/B3 Brasil ESG analisa adesão aos Dez Princípios entre as empresas listadas**. 2025. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/>. Acesso em: 09 de Março de 2025

SALGADO, N. de N. B., SOUZA, P. V. S. de, & SOUSA, A. M. de. (2025). IFRS S1 e S2: Avanço na Qualidade das Informações Contábeis?. **Revista Paraense De Contabilidade**, Paraná,10(1), 1-9.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. **Metodologia de la investigación**. 3. ed. México: McGraw Hill, 2003.

SEHN, L. C., Zanchet, A., & Gomes, M. (2018). **Divulgação das informações ambientais pela scooperativas agropecuárias:uma análise apartirda teoriada legitimidade**. InformeGEPEC,22(1), 63.

S&P GLOBAL. **Índice Dow Jones**. 2025. Disponível em: <https://www.spglobal.com/>. Acesso em 09 de Março de 2025

SILVA,VB;CRISPIM,J.Q. Um breve relato sobre a questão ambiental.**Revista GEOMAE-Geografia,Meio ambiente e Ensino**, v.2,n.1,2011.

PWC.**Normas internacionais de divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade (IFRS S1 e IFRS S2)**. 2023. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/>. Acesso em: 09 de Março de 2025

TEXEIRA, A,F; FEIL,F; FEIJO,C. Financiamento á infraestrutura no contexto da transição climática no Brasil e o potencial papel do BNDES. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 18, n. 35, p. 106-140, maio-ago. 2023.

TRAVASSOS, S.K.M. et al. Análise da utilização dos indicadores essenciais do GRI (G3) nos relatórios das empresas dos setores de petróleo, gás e biocombustível e de utilidade pública no Brasil. In.: **Anais... XVI SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO DA FEA/USP**, São Paulo, SP, 2013.

ZAMBON,M,S; FREITAS,E,M; CARVALHO, G, J.Abordagens essencias de marketing para empresas ESG. **Revista científica zoom business review**. (2023): 39-66.